



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 91ª
(NONAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 90ª Sessão Ordinária.

A Presidência informa que estão presentes no plenário os Deputados Chico Vigilante, Wasny de Roure, Alírio Neto, Olair Francisco, Arlete Sampaio, Joe Valle e Agaciel Maia. Portanto, há número regimental para que a sessão possa ser aberta.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas.

A minha fala de hoje, vou me reservar o direito de fazê-la no período destinado aos Comunicados de Parlamentares. Neste horário da Liderança de Governo, eu gostaria de apenas solicitar à Mesa que sejam incluídos como itens extrapauta, na votação de hoje, o PDL nº 282, de 2014, e o PL nº 2.037, de 2014.

Peço aos Parlamentares que se encontram em seus gabinetes que desçam para o plenário, a fim de votarmos, sobretudo, o PL nº 2.037, que são os créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual, de extrema relevância para algumas áreas da Administração Pública do Distrito Federal.

Sr. Presidente, esse era o meu pedido e era o que eu tinha a falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência agradece à nobre Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo e solicita também que os Parlamentares que se encontram em seus gabinetes desçam para o plenário, a fim de que possamos votar as matérias que estão na Ordem do Dia.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava fazendo uma leitura hoje do jornal *Folha de S.Paulo* e havia uma notícia interessante lá, que também saiu no *Estadão*. Foi o depoimento de um ajudante do doleiro Youssef. Portanto, ele tinha até ajudante.

Ele fala no depoimento dele que teria repassado 10 milhões de reais para o então Presidente do PSDB, o ex-Senador Sérgio Guerra. Segundo esse ajudante, esse dinheiro que foi passado para o Presidente do PSDB, o partido dos tucanos, seria para enterrar uma CPI que aconteceu em 2009. Portanto, foram 10 milhões para fazer com que a CPI não andasse. E ele dá detalhe! Ele dá o mês em que foi repassado o dinheiro. A verdade é que, em seguida, os dois senadores que faziam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

parte da CPI, que eram o Sérgio Guerra e o Senador Álvaro Dias, se retiraram da CPI.

Mas esse depoimento tem um detalhe mais importante ainda. É que ele fala que se teria repassado também uma grana violenta para um outro político importante do PSDB do Estado do Paraná. Repassou o dinheiro para o PSDB do Estado do Paraná. Quando ele estava prestes a dizer o nome, o juiz que estava conduzindo o processo o impediu que dissesse o nome. Isso é engraçado, não é? Você não pode dizer o nome, senão vai ter que ir para o Supremo.

Eu não tenho notícia de que, em nenhuma outra investigação neste País, em nenhum outro momento neste País, o depoente tenha sido impedido de dizer o nome de pessoas que estão envolvidas com as maracutaias, com as malandragens; mas o juiz impediu. E o mais grave: o juiz permitiu que fossem repassados, de maneira seletiva, alguns nomes contidos na investigação, que era exatamente para atacar a candidatura da Presidenta Dilma Rousseff.

Portanto, Deputado Joe Valle, se houvesse alguém que o doleiro dissesse que podia estar perto do PT, era divulgado. Era exatamente jogo político o uso político dessa delação para tentar atrapalhar a candidatura da Presidenta Dilma Rousseff.

Mas, buscando lá na internet – daí a importância desse veículo –, há uma notícia também na *Folha* que dá conta de que, na eleição de 2010, o mesmo doleiro teria contratado um jatinho, via prefeitura – se não me falha a memória – de Maringá, que teria sido pago para o Senador Álvaro Dias usar na campanha dele de 2010.

Isso é a prova real no Brasil de que aqueles vestais, tipo Demóstenes Torres, daqui de Goiás, que era o chicote desta Nação... Agora está caindo o último, que é o Sr. Álvaro Dias.

Portanto, se há alguém que tem motivo para falar grosso neste País, são exatamente o Presidente Lula e a Presidenta Dilma, que nunca impediram nenhum tipo de investigação.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. anda fazendo, vamos dizer assim, um relatório dessas notícias. Ia bem, muito bem. E eu estou ouvindo. V.Exa., segundos atrás, falou algo que dava para interpretar que isso seria normal no Brasil. E isso não é normal.

Então, pedi a palavra para não deixar um duplo sentido, pois esse tipo de coisa eu não aceito, V.Exa. não aceita e o povo brasileiro não aceita. Nenhum dos que estão nos ouvindo aqui aceita coisa ilícita, coisa errada. Quem faz tem de pagar pelos seus erros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Pedi esse aparte a V.Exa. porque eu estava ouvindo atentamente e entendi que poderia haver um duplo sentido. Foi apenas para dizer que, tanto V.Exa., como eu, como tantos outros que estão aqui, achamos que isso tem de ser investigado. A investigação precisa ir até o final. Quem tiver errado que pague pelos seus erros.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. É exatamente isso o que nós estamos exigindo. Tem de ser divulgado o inteiro teor dos depoimentos, porque tem mais tucano envolvido. É exatamente isto que nós queremos: limpar o Brasil. O Presidente Lula e a Presidenta Dilma fazem isso com muita competência quando dão liberdade plena para que a Polícia Federal faça as investigações. Quando indicaram o Procurador-Geral da República, foram todos os mais votados. Aqui não se põe o quarto lugar como é o caso de Minas, onde foi colocado o quarto colocado para ser procurador do Estado Minas Gerais. Aqui, ganhou a indicação? É primeiro lugar? Vai. Isso me anima porque eu tenho a certeza de que o Procurador de Justiça aqui do Distrito Federal que ganhou o primeiro lugar na lista tríplice – que é o Dr. Leonardo Bessa, da Promotoria de Defesa do Consumidor – certamente será indicado, porque ele ganhou no voto.

Portanto, é isso que nós queremos. Agora, é preciso vir a público e não usar os depoimentos no jogo político como estavam usando. Só que o povo brasileiro não é bobo, está dando a resposta. A Presidenta Dilma está em primeiro lugar. Ontem eu vi um tucano choramingando, questionando o Instituto Data Folha! Quer dizer, quando a gente estava atrás, o Instituto era bom. Quando a gente estava atrás, o Instituto era perfeito. Quando a Presidenta estava atrás, estava tudo bem. Agora que ela ultrapassou, aí vem questionar o Instituto Data Folha? Nós não questionamos em nenhum momento. Questionamos o Instituto Sensus, porque foi uma insensatez o que eles fizeram.

Portanto, isso é a prova de que a nossa Presidenta candidata está indo muito bem e vai ganhar essas eleições para continuar com o Brasil nos trilhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco tempo de encerrar este ano de trabalho e meu primeiro mandato nesta Casa, quero falar de um tema que considero de extrema importância para o Distrito Federal: o Programa Jovem Candango, que já empregou este ano 3.300 jovens estudantes entre 14 e 18 anos.

O programa surgiu como Jovem Aprendiz e durante três anos trabalhei com afinco para conseguirmos implantá-lo aqui na Capital. Foi uma experiência que comecei no Senado Federal, quando era Diretor da Gráfica, ao dar oportunidade para diversos jovens aprenderem a profissão de gráfico. Muitos deles, Deputado Joe Valle,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

estão hoje trabalhando nas melhores gráficas de Brasília e são excelentes profissionais.

Com essa visão de que o jovem precisa de oportunidade e de incentivo para continuar seus estudos, profissionalizar-se e conseguir o primeiro emprego, apresentei a proposta nesta Casa para o Executivo e hoje só tenho a agradecer.

É preciso que o próximo governo não abandone essa ideia. Muito pelo contrário, que acelere a contratação dos jovens, pois essa é uma proposta sem cor, é apartidária. E os bons programas precisam ser aproveitados. Esse é um programa para os jovens e o tempo vai mostrar que a sociedade será beneficiada. É preciso, a partir do próximo ano, buscar mais parcerias. Parceria junto aos empresários locais, por exemplo, para ampliar o campo de trabalho para o jovem.

A qualificação dos jovens e o primeiro emprego continuarão sendo a minha principal bandeira neste próximo mandato, pois entendo que a qualificação profissional dos jovens e o trabalho de carteira assinada são um remédio contra as drogas e contra o aumento da criminalidade em nossa cidade, Deputado Chico Leite. É preciso fortalecer nossas famílias através dos jovens. Abrir caminhos para os jovens é um grande passo, um desafio e também um alento para milhares de famílias.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputado Agaciel Maia, agradeço a V.Exa. a honra de me conceder esta pequena participação. Eu queria dizer a V.Exa. que, quando se fala de violência, imediatamente me lembro daquelas medidas preventivas que as políticas públicas precisam tomar. Uma delas, inquestionavelmente, é dar a oportunidade aos nossos jovens de ter uma vida conforme o direito de aprender uma profissão, de tocar o seu próprio negócio, de se preparar para um concurso público, enfim, de empreender, de criar o seu próprio emprego. Se nós não oferecemos essas políticas públicas para os jovens, se não oferecemos a eles a oportunidade de acertar, como é que podemos cobrar pelo erro? Quando se fala em violência, eu me lembro exatamente desse debate. Como poderemos cobrar pelo erro a quem antes não demos a chance de acertar?

Dessa maneira, a tese do primeiro emprego é fundamental para o aprendizado, para acostumar-se na convivência, para ver que há caminhos para quem opta por ser do bem, para quem a sociedade dá essa oportunidade e opta por ser do bem.

É preciso que as autoridades ouçam que talvez seja uma das maiores medidas de combate à violência, sem arma, sem nenhum tipo de agressão, mesmo forçada pelas circunstâncias: o primeiro emprego. V.Exa. está certo. Quero me unir a V.Exa. na tese e observar que serei nesta Casa um guerreiro ao lado de V.Exa. em defesa do primeiro emprego.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite, até por considerá-lo sempre como um promotor competente e um Parlamentar brilhante, que tem conhecimento de causa. Portanto incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. fez um discurso muito rápido. Quando fomos pedir um aparte, V.Exa. já estava encerrando. Deputado, o Governador Agnelo pegou a ideia de V.Exa. e implantou no Governo do Distrito Federal o Jovem Candango. O Governador Agnelo fez muitas coisas importantes para o Distrito Federal, uma delas é o Jovem Candango.

Só sabe o que é ter uma oportunidade quem já precisou dela. Lembro que eu ou estudava, ou seguia o caminho do trabalho. Tive que optar pelo trabalho, não pude ter as duas oportunidades, mas o que aconteceu comigo, em um milhão, pode acontecer com um. Eu não entendo outro caminho a não ser pelo conhecimento. Ontem tive uma prova real disso aqui. Eu estava conversando com o Deputado Dr. Michel e com o Deputado Alírio Neto – ambos são da polícia, são delegados – e eles disseram que tinham optado por um caminho que tinha um teto. Chegava-se até delegado e delegado-chefe. Eu optei pelo caminho empresarial.

Mas nós sabemos que os nossos jovens estão sem oportunidades no Distrito Federal e em qualquer parte deste País. Medidas e ideias como essa do Jovem Candango, implantado pelo Governo do Distrito Federal, podem ajudar milhares e milhares de pessoas. Tanto é que hoje nós temos em torno de 3 mil a 4 mil pessoas nesse programa. Então foi uma ideia genial que o senhor implantou, quando trabalhava lá no Senado da República, trouxe a ideia, implantou aqui no Distrito Federal, o governo acatou a ideia de V.Exa.

Num futuro muito próximo, a gente verá que valeu a pena o senhor estar aqui, fazer isso e o governo implantar, porque nós vamos colher os frutos vendo milhares e milhares de jovens tendo oportunidade no Jovem Candango, tendo oportunidade de ter uma profissão, de ter um caminho melhor de construir sua família no futuro.

Parabéns! Se V.Exa. tivesse, em quatro anos, conseguido implantar apenas o que o senhor conseguiu com o Jovem Candango já teria valido a pena, porque é, sem dúvida alguma, uma das melhores coisas que já aconteceram nesses últimos quatro anos aqui em Brasília, que foi essa ideia trazida por V.Exa. e implantada pelo Governador Agnelo.

Parabéns, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Olair Francisco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Eu quero agradecer ao nobre Deputado Olair Francisco, que, durante esse período todo, apesar de não ter formação acadêmica rica, mas como o menino pobre que chegou a Brasília, conseguiu atravessar todas as barreiras, foi vendedor e hoje é um dos grandes empresários de sucesso dessa cidade e que trouxe uma grande experiência para nós. Quero agradecer também porque V.Exa. muito contribuiu, como todos os demais Parlamentares, na implantação do Programa Jovem Candango. Portanto, acolho o aparte de V.Exa. e agradeço ao Presidente também.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos, venho uma vez mais, rapidamente, a esta tribuna.

Estamos enfrentando uma crise no transporte rural sem precedentes. Queria muito pedir a esta Casa que auxilie nesse momento. Nós temos linhas que não estão funcionando há bastante tempo. É um problema sério porque a concessão foi dada a uma pessoa que, pelo que sabemos – e estou entrando com investigação via comissão –, é o dono da cooperativa. Há várias pessoas na cooperativa, mas quem manda é ele. Ele vai e faz a linha que quer e tem a concessão de uso. São 612 paradas, e as pessoas estão simplesmente sem transporte na área rural e não conseguem sair e, se saírem, não conseguem voltar. Os que têm carro vão de carro, mas a maioria das pessoas desses núcleos rurais específicos não têm carro, são pessoas que não têm poder aquisitivo para ter o seu carro, dependem dos ônibus para transportá-los e, quando têm qualquer problema de saúde, pagam um absurdo para alguém ao lado que tem carro levá-lo à rodovia mais próxima que fica a 20, 25 km e dali, para que, daquele ponto, ela possa pegar o ônibus.

Eu já fiz todas as minhas tentativas. Estou indo ao DFTrans, marcando com o coronel, mas a gente não consegue entender como uma pessoa que tem a concessão de uso e não está cumprindo o seu papel não pode ser punido e não pode ter o contrato retirado do processo. É um negócio impressionante isso.

Eu queria, então, pedir auxílio aos companheiros da Casa. Estou entrando no Ministério Público, estou fazendo a comissão de fiscalização funcionar porque não é possível uma ineficiência, uma ineficácia e uma baixa efetividade como essa, Deputado Alírio. É algo impressionante o que está acontecendo na área rural. Estamos sem transporte público nenhum!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa (Pausa)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz (Pausa)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quis falar, neste momento, como Parlamentar, para abordar uma questão a partir de um documentário a que assisti no domingo, às 19h45min, na *TV Brasil* – uma entrevista com Noam Chomsky, sociólogo, que faz uma abordagem muito interessante acerca do papel da imprensa, da mídia, na política no mundo.

É interessante porque, unindo todos os elementos dessa entrevista, nós podemos fazer algumas considerações que nos ajudam a entender este momento político que o Brasil vive. Por exemplo, o Deputado Chico Vigilante falou aqui do doleiro Youssef, que, numa delação premiada, está sendo, a todo tempo, estimulado a dirigir a sua artilharia contra o Partido dos Trabalhadores. E eu pergunto: desde quando Alberto Youssef opera nos bastidores da política brasileira?

Quando o Presidente Lula ganhou as eleições, ele, para poder vencê-las, entre o primeiro e o segundo turno convidou uma série de partidos a fazerem parte do seu palanque, entre eles os partidos que se organizavam em torno da candidatura do PPS, do então candidato Ciro Gomes. O Ciro Gomes, do PPS, e o PTB, de Roberto Jefferson, aderiram à candidatura do Presidente Lula e o apoiaram no segundo turno. Obviamente, houve um custo para que isso viesse a acontecer, o custo de se pagar dívida de campanha. E esse pagar dívida de campanha originou toda a crise que veio a ser chamada Mensalão, ou Ação Penal 470.

É interessante e, de novo, eu pergunto: desde quando Roberto Jefferson operava nos bastidores da política brasileira? Ele começou a operar depois do Governo do Presidente Lula? Obviamente não. E por que ele tem tanta raiva da gente? Porque foi no nosso governo que esse esquema foi descoberto. Da mesma forma que outros políticos brasileiros que construíram às escondidas e sob a “proteção legal” – entre aspas – os seus esquemas nos odeiam. Porque nesse governo do Presidente Lula, a Polícia Federal opera, trabalha de maneira autônoma. Nós não designamos nenhum diretor da Polícia Federal filiado ao Partido dos Trabalhadores, como fez o PSDB.

Então, isso serve para vocês verem como de repente a mídia transforma a mentira em verdade e faz todo um processo de reversão dessa realidade.

Eu continuo acreditando no Partido dos Trabalhadores, embora, em função do seu crescimento, obviamente, ele hoje abrigue no seu interior pessoas que eu gostaria que lá não estivessem. Mas é o partido que tem, sem dúvida, os maiores



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

compromissos com a maioria do povo brasileiro, sobretudo com a maioria pobre deste povo brasileiro.

Eu ontem estava na Rodoviária fazendo campanha para a Presidenta Dilma. Ontem foi o Dia Lilás, em que mulheres de todo o Brasil saíram às ruas para fazer campanha para a Presidenta Dilma. E, do carro de som, falando às pessoas, eu pude observar o quanto a grande imprensa de fato atingiu a cabeça das pessoas. E eu dizia a elas, quando alguém fazia um gesto de negativo para mim, eu dizia para elas: "Você se lembra de quando a *Globo* fez a sua cabeça para votar no Collor? Você vai deixar de novo a *Globo* fazer a sua cabeça?"

Porque é isso, gente, que está acontecendo. Estão transformando, criminalizando o Partido dos Trabalhadores, como se o Partido dos Trabalhadores fosse um partido corrupto. Basta ver a cara dos seis Deputados aqui deste Plenário para você constatarem que isso não é verdade. Ao mesmo tempo, estão absolvendo pessoas que não podiam ser absolvidas, haja vista o Distrito Federal, aqui onde essa raiva tem se manifestado de maneira tão forte. Como é que podem oferecer ao ex-Governador cassado e preso uma expectativa de votação de mais de 37% e criminalizar o PT? Só é possível isso porque alguém trabalhou fortemente na cabeça das pessoas, transformando a mentira em verdade.

Então, era essa a reflexão que eu queria fazer nessa tarde, para dizer que ainda há tempo para, no dia 26, a gente permitir que o Brasil continue no rumo certo. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta tribuna porque estava aqui me lembrando, Deputado Olair Francisco, de alguns fatos interessantes que aconteceram nessa República e de que muita gente não se lembra. Eu me recordo de que, quando eu era Deputado Federal, Deputada Arlete Sampaio, num dia, mais ou menos a essa hora, compareceram ao meu gabinete uma senhora e um rapaz que me traziam uma denúncia escabrosa.

O que acontecia? Ela era secretária parlamentar do gabinete do Senador Guilherme Palmeira, e o namorado dela era o motorista do Senador Guilherme Palmeira. Ele tinha sido demitido pelo Senador. Não ficaram muito satisfeitos com a demissão e me procuraram para fazer uma denúncia. O então Senador Guilherme Palmeira, Deputada Arlete Sampaio, era candidato a vice na chapa do Fernando Henrique Cardoso. Era o candidato a vice na chapa do Fernando Henrique. Ele, do PFL, e Fernando Henrique, do PSDB. Qual era a denúncia que ela tinha feito e que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

ficou comprovada? Era um esquema que envolvia as empreiteiras no Brasil: as empreiteiras apresentavam as emendas, o Senador subscrevia, e depois havia um repasse. Eu vi que a denúncia tinha consistência. Procurei a imprensa e foi o maior escarcéu. Todos os jornais, televisões, revistas deram essa notícia, e o Fernando Henrique Cardoso teve que imediatamente substituir o vice. Foi assim que o então Senador Marco Maciel virou Vice-Presidente do Brasil. Se não fosse essa denúncia feita pela secretária e pelo motorista e encampada por mim, que era Deputado Federal, Guilherme Palmeira teria sido Vice-Presidente da República por oito anos.

Eu estou rememorando esses fatos para mostrar a necessidade que a gente tem de continuar vigilante neste País – e os governos da Presidenta Dilma e do Presidente Lula fizeram isso com muita competência – no sentido de acabar com a corrupção no Brasil.

Para mim, esse modelo de financiamento de campanha existente no Brasil está vencido. Está ultrapassado. Todas as mazelas que existem hoje na política brasileira advêm do financiamento.

Eu participei, Deputado Agaciel Maia, quando era Deputado Federal, da CPI dos Anões do Orçamento. Nós cassamos quinze Deputados, na época. Quinze Deputados Federais foram cassados. Só que, pela lista, teriam que ser cassados cem. São as coisas dos bastidores que não são ditas: a lista alcançava cem Parlamentares. Foi feito um acordo entre as lideranças, porque a Câmara só tinha musculatura para cassar quinze. E foram cassados os quinze.

Qual era a denúncia da época da CPI dos Anões do Orçamento? Já era o maldito financiamento de campanhas. Emendas parlamentares eram apresentadas e o recurso era desviado para parlamentares. Nós alcançamos quinze para cassar, mas a lista era de cem. Inclusive, determinadas figuras do PSDB que aparecem agora, já estavam também naquele tempo. Eram de outro partido, mas estavam naquela lista.

Portanto, isso é importante para que estejamos cada vez mais vigilantes e para que tenhamos a coragem de fazer a reforma política no Brasil. Precisamos ter a coragem nessa reforma política de implantar o financiamento público, de diminuir os gastos das campanhas, de agilizar o processo de fiscalização do cumprimento da lei no Brasil. Isso é fundamental para que possamos efetivamente consolidar a nossa democracia.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Dou por encerrado os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Senhores Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens 1 a 104, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e para votar as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta.

Há concordância dos Senhores Líderes? (Pausa.)

Item nº 105:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 10, de 2011, de autoria de autoria do Deputado Chico Leite e outros, que "dá nova redação ao *caput* do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que dispõe sobre os princípios que regem a Administração Pública".

Em função da ausência do Parlamentar, faço a leitura do próximo item da Ordem do Dia.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – O Deputado Chico Leite está aqui fora. Eu irei chamá-lo para que possamos votar esse item.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me mas eu não participei da reunião de Líderes. Eu quero saber se está em pauta o que foi combinado ontem na reunião de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nós tivemos uma reunião de Líderes em que foram acertados dois projetos de iniciativa do Poder Executivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Ontem foram lidos: um de natureza orçamentária e outro que é o relatório, o projeto de decreto legislativo sobre a aprovação das contas do governo no ano de 2013; como também as proposições, moções, os requerimentos e projetos de lei que já estão prontos.

Além desse conjunto de proposituras, há o entendimento dos Senhores Parlamentares acerca de dois projetos de lei: um é uma emenda à Lei Orgânica proposta por vários Deputados e o outro é um projeto de lei que modifica a iniciativa sobre a estrutura do GDF, bem como os respectivos cargos que o compõem.

Item nº 106:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.402, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a exigência de fundamentação na notificação de decisão e resultado de recurso contra a penalidade por infração à legislação de trânsito, de competência distrital, e dá outras providências”.

Em função do mesmo motivo do item anterior, iremos ao próximo item.

Item nº 107:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.837, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a exigência de apresentação de Plano de Sinalização Viária nos editais de licitação pública pertinentes a obras”.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há uma PELO de minha autoria que trata praticamente sobre o mesmo assunto do projeto do Deputado Alírio Neto. Eu gostaria de solicitar, se completarmos o *quorum* de votação para a PELO – até para prestigiar uma iniciativa que é minha desde 2011, um pedido de independência da Casa –, que votássemos a minha PELO também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, solicito que V.Exa. faça o entendimento, porque como fizemos a discussão no Colégio de Líderes, o projeto de lei sobre a matéria é pertinente, assim como o de emenda à Lei Orgânica. Entretanto, não houve essa negociação no Colégio de Líderes, ainda que a matéria trate do mesmo assunto. V.Exa., inclusive, estava presente na reunião de Líderes. Assim, solicito que V.Exa. converse com os Deputados, porque matéria de Lei Orgânica se inicia pela Comissão de Constituição e Justiça, passa pela Comissão Especial e é votada com *quorum* qualificado; e, entre o primeiro e segundo turnos, há dez dias de interstício para a aprovação. Esta Presidência tem a maior disposição de encaminhar, mas eu solicito que V.Exa. converse com os Líderes a fim de ajudar no encaminhamento junto à Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, era apenas para prestigiar a iniciativa do Deputado, sem prejuízo de se votar o projeto, mas conversarei com os Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Mas são matérias que tramitam e têm indicativos distintos.

Deputada Celina Leão, tenho a informação de que a matéria que V.Exa. solicitou a este Plenário já tramitou nas comissões. Eu não tinha essa informação, estou tendo-a agora. Solicito a sua negociação com os Líderes. Havendo acordo, estamos aqui para atender os interesses de todos os colegas Parlamentares.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dois pedidos. Primeiro, com relação ao projeto do Deputado Robério Negreiros: eu peço, em caráter excepcional, já que o Deputado encontra-se de licença médica, que votemos o projeto dele, que vejamos a possibilidade disso. Segundo, solicito a inclusão, como item extrapauta, do Projeto de Lei nº 2.033, que já foi devidamente acordado no Colégio de Líderes e em entendimento aqui com os Parlamentares. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nos termos do acordo de Líderes, esta Presidência defere a solicitação de V.Exa., bem como o pedido do Deputado Robério Negreiros que, em função de tratamento de saúde, solicita, após a apreciação desta matéria, a leitura do item nº 106.

A tramitação do Projeto de Lei nº 1.837, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, está concluída.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.837, de 2014, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando o item nº 105, que é de nossa autoria, foi chamado, eu não estava presente. Estava em audiência recebendo uma ilustre visita do Presidente Inácio, do Tribunal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

de Contas, que mandou um grande abraço a V.Exa. Então, ao comparecer a esta reuniãozinha, eu acabei me ausentando por alguns minutos. Peço a V.Exa. que reinclua esse item na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho a solicitação de V.Exa. Farei a releitura do item nº 106 e, em seguida, a do item nº 105.

Item nº 106:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.402, de 2013, de autoria de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a exigência de fundamentação na notificação de decisão e resultado de recurso contra a penalidade por infração à legislação de trânsito, de competência distrital, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.402, de 2013, de autoria de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a exigência de fundamentação na notificação de decisão e resultado de recurso contra a penalidade por infração à legislação de trânsito, de competência distrital, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também conforme acordo do Colégio de Líderes, solicito a V.Exa. a inclusão extrapauta da PELO nº 77, de 2014, de autoria de diversos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nos termos do acordo do Colégio de Líderes, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 105:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 10, de 2011, de autoria de autoria do Deputado Chico Leite e outros, que “dá nova redação ao *caput* do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que dispõe sobre os princípios que regem a Administração Pública”.

Tramitação concluída. Apresentada uma emenda de plenário, as comissões deverão se manifestar sobre ela.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda de Plenário.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em conversa com a maioria dos Líderes, nenhum deles vê prejuízo na aprovação da PELO de minha autoria, se tivermos *quorum*. Gostaria de pedir para inseri-la na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, esta Presidência vai acolher a solicitação, porque procuramos sempre trabalhar de maneira coletiva, são matérias correlacionadas. Ontem V.Exa. não abordou, mas como, de maneira oportuna, o processo já está concluído, não há por que esta Presidência não encaminhar a solicitação de V.Exa. respaldada pela opinião dos colegas.

O Deputado Wellington Luiz já está em condições de proferir o parecer?

(Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito vista.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedido a V.Exa. o pedido de vista. Caso tenha condições de dar o parecer ainda hoje, retorne ao plenário com a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Item nº 108:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 708, de 2012, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular o apoio a programas de recuperação de dependentes químicos”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 109:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.428, de 2013, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre cota de estágios nas empresas ou consórcios que recebam incentivo ou isenção fiscal do Governo do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 110:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.907, de 2014, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “institui programa de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica”.

A proposição não foi apreciada pelas comissões, que deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	17



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PL Nº 1.907/2014

PARECER - CDDHCEDP

**Sobre o Projeto de Lei nº 1.907/2014,
que *Institui programa de proteção para
mulheres vítimas de violência
doméstica.***

**AUTORA: Deputada Eliana Pedrosa
RELATOR: Deputado Joe Valle**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar – CDDHCEDP o Projeto de Lei em tela, da Deputada Eliana Pedrosa que *Institui programa de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica.*

Seu articulado prescreve a implantação de um mecanismo denominado *Alarme de Pânico*, com tecnologia apropriada, a ser acionado por mulheres que estejam sob medida protetiva judicial, caso o agressor não mantenha a distância mínima determinada, com base na Lei Maria da Penha. Conforme o texto, o sinal de alarme será recepcionado e processado em uma central de operações da Segurança Pública, com capacidade de localização exata da vítima e imediato envio de veículo policial para socorro ao local da origem do chamado.

Em sua justificação, a autora afirma que a proposição tem o objetivo de contribuir com o estabelecimento de um programa que visa coibir a violência contra a mulher, em consonância com princípios inscritos na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Transcorrido o prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	18



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

II – VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar apresentar parecer de mérito sobre defesa dos direitos individuais e coletivos; direitos inerentes à pessoa humana tendo em vista condições para sua sobrevivência; sobre direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso, e também sobre violência social (art. 67, V, "a"; "b"; "c"; e "d" do RICLDF). Além disso, incumbe a este Colegiado articular-se com entidades públicas ou privadas, de defesa dos direitos humanos e cidadania, bem como com órgãos públicos de segurança e defesa civil, em esforço conjunto para minimizar as causas da violência (inciso II do mesmo art. 67).

A propositura trata da adoção de um equipamento de *Alarme de Pânico*, a ser acionado por mulheres que estejam sob medida protetiva judicial, cujos agressores – maridos, ex-maridos, namorados ou companheiros -, não respeitem a distância mínima garantida em juízo, com base na Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. O alarme será recebido por órgão da Segurança Pública que enviará socorro imediato ao local que originou o chamado.

O mérito da peça legislativa será enfocado sob os aspectos de *conveniência* (adequação e propriedade) e *oportunidade* (interação temporal com as disposições vigentes), bem como da *relevância social* das medidas sob exame. São excluídos aspectos referentes à admissibilidade constitucional e legal da iniciativa, vez que tal atribuição incumbe à Comissão de Constituição e Justiça, consoante o art. 62, II, do RI, vedando a qualquer Comissão manifestar-se sobre matéria fora de suas competências.

Temos como referencial preceitos consagrados pela história das sociedades ocidentais, presentes no sistema normativo pátrio, que fundamentam o Estado Social de Direito. O respeito e a proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade é valor absoluto, de base universal. Trata-se de postulado inscrito nos *direitos e garantias fundamentais*, originados no reconhecimento do princípio do respeito à dignidade da pessoa humana, que emerge nos primórdios do iluminismo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	19



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O *Relatório Sobre a Violência Contra Mulher*, da Organização Mundial de Saúde – OMS, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, publicado em 2013, revela que esse fenômeno é um problema de saúde pública global, com proporções epidêmicas. Embora tais ocorrências tenham raízes que remontam à Antiguidade e à Idade Média, ainda nos dias atuais acontecem com frequência desconcertante, requerendo urgentes providências de caráter político, por militantes feministas e pelo Poder Público.

No Brasil, tal transgressão ofende o princípio enunciado no Preâmbulo de nossa Carta Política – que proclama *a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna e pluralista*. Nesse sentido ainda se destaca o enunciado de seu art. 226, § 8º, *ipsis litteris*:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

(...)

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (grifo nosso)

A propósito, a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha surgiu como movimento contra as agressões descabidas do companheiro daquela que empresta seu nome ao diploma normativo em vigor, deixando-a tetraplégica. O texto, que cria mecanismos contra a violência doméstica de agressão à mulher, entrou em vigor após muitos anos de resistência, ação consistente e combativa por parte da sua inspiradora. Sua vigência faz com que a violência contra a mulher deixe de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo, expressando uma resposta de inconformidade da sociedade diante desse delito perverso e hediondo, de *lesa humanidade* que mancha o consciente coletivo.

Contudo, inobstante a Lei configurar ato histórico de grande importância, devido às medidas protetivas contra a agressão a mulheres, por seus companheiros, familiares ou mesmo desconhecidos, a notificação sobre a ocorrência de violência doméstica aumentou no país com o passar dos anos, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, divulgada em 2013. Especialistas presumem que os números possam sugerir que a implementação da Lei criou um ambiente mais encorajador e confiável para as vítimas registrarem suas queixas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	20



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Segundo ainda tal Pesquisa, os índices das mortes de mulheres que sofrem agressão doméstica, no país, registram estabilidade, com ligeira baixa. De 2001 a 2006 a taxa de mortalidade foi de 5,82 óbitos por 100 mil, enquanto que de 2007 a 2011, após a vigência da Lei, o índice foi de 5,22 óbitos por 100 mil.

(início da leitura)

Ora, a nosso ver, evidentemente tal estatística permanece inaceitável, pois não se pode considerar normal o homicídio feminino por seus companheiros, em tais proporções, qualquer que seja seu pretexto.

Dáí porque consideramos que a medida preconizada pelo PL em foco vem somar-se às políticas públicas de prevenção contra a agressão à mulher, ao criar a alternativa de dotar as potenciais vítimas com o equipamento previsto, para sua auto-defesa, diante do agressor.

Por tudo exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.907/2014, nesta Comissão, por sua oportunidade e conveniência, e pela sua relevância social, em face de suas características de *defesa dos direitos da mulher*, bem como a articulação com entidades públicas com vistas à defesa dos direitos humanos e cidadania, em esforço conjunto para minimizar a violência social.

Sala das Comissões, em

Deputado Dr. Michel
Presidente


Deputado Joe Valle
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Dr. Michel, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Dr. Michel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.907, de 2014, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que institui programa de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica.

No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do projeto de lei e pela sua aprovação nesta comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Antes, porém, esta Presidência informa aos Sr. Deputados que após essa votação, nós teremos a apreciação das moções dos Sr. Parlamentares.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

ao Projeto de Lei nº 1.907, de 2014, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “institui programa de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica”.

Sr. Presidente, estou observando e tomando cautela. Como não houve tempo de ser distribuído na Comissão de Constituição e Justiça, eu como Presidente desta comissão, estou avocando a relatoria.

Qual é a cautela? É possível que um Parlamentar proponha programas para o Estado. O que ele não pode é determinar ao Poder Executivo que cumpra, que execute, que trabalhe sobre essa ou aquela atribuição. Ele não pode criar atribuição para o Poder Executivo.

Então, estou tomando uma cautela quanto a esse projeto e vou pedir vista por alguns minutinhos, se V.Exa. me permitir, para eu ver a diferença entre uma ação e outra. O projeto, do ponto de vista do mérito, é extraordinário, mas eu precisava ver o aspecto formal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, quero só informar a V.Exa. e a todos os demais Deputados que nós temos tido o cuidado de incluir projetos que já tiveram os prazos vencidos e não foram apreciados nas comissões.

Nós estamos tendo sérios problemas quanto ao funcionamento de várias comissões na Casa. Há Parlamentares que gostariam de ver algumas proposições de sua autoria apreciadas pelo Plenário, mas estão vendo que essa legislatura está prestes a ser encerrada, por isso alguns projetos foram incluídos na Ordem do Dia.

DEPUTADO CHICO LEITE – Presidente, eu vou aproveitar a ocasião para fazer uma observação. Nós, na CCJ, temos enviado ofícios, pois três reuniões não ocorreram em razão da ausência de projetos com pareceres para a pauta. Então, nós temos enviado semanalmente aos colegas relatores o pedido para que devolvam esses projetos com os respectivos pareceres. É claro, nós compreendemos as circunstâncias, mas estamos pedindo para fazer uma reunião.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Leite, pela compreensão e pelo compromisso com a tramitação dos projetos.

Quero informar a V.Exas. que, em função do pedido de vista do Relator no âmbito da CCJ, nós retornaremos a essa matéria tão logo o Relator tenha condições de proferir o parecer. Em seguida, faremos também a votação em primeiro turno.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço a V.Exa. que inclua o PDL nº 281, de 2014, na pauta de hoje para ver se conseguimos apreciá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, a respeito de apreciação de título de cidadão honorário, quero informar que nós temos uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

resolução em vigência nesta Casa que estabelece que, noventa dias após o período eleitoral, nós não teremos como apreciar essa matéria.

Nós temos tido algumas dificuldades de apreciar a matéria em plenário. Inclusive, não conseguimos apreciar duas proposições nesse novo período.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Mesmo que o projeto tenha sido apresentado antes do período eleitoral?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Noventa dias após o período eleitoral.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Mas o PDL foi apresentado antes do período eleitoral.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Mesmo assim. É o que a resolução dita.

Essa resolução foi proposta pelo Deputado Chico Leite. Não sei se V.Exa. se recorda. Inclusive, a Deputada Arlete Sampaio teve a mesma dificuldade.

Consulto os Líderes se há acordo para a votação das moções em bloco pelo processo simbólico.

Há alguma divergência? (Pausa.)

Não havendo divergência, passamos à apreciação das moções em bloco.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Item nº 111:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 671, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de pesar aos familiares e amigos pela morte do Sr. Igor de Oliveira Queiroz, agente socioeducativo, ocorrida no dia 14 de setembro de 2014”.

Item nº 112:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 672, de 2014, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “hipoteca solidariedade aos familiares do policial civil Francisco Antonio Lopes de Oliveira por sua repentina morte”.

Item nº 113:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 673, de 2014, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor e congratulações ao Desafio Jovem de Brasília pela comemoração dos 42 anos de fundação da instituição”.

Item nº 114:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 674, de 2014, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor e congratulações à Escola Classe 18 de Taguatinga pela comemoração de seus 50 anos”.

Item nº 115:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 675, de 2014, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “parabeniza e homenageia a Escola Classe 106 Norte por ter alcançado a primeira colocação entre as escolas públicas avaliadas no 5º ano do ensino fundamental no Distrito Federal pelo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB”.

Item nº 116:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 676, de 2014, de autoria do Deputado Evandro Garla, que “hipoteca elogios a Manoel Marconio Feitosa, pelos relevantes serviços prestados no Distrito Federal”.

Item nº 117:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 677, de 2014, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Sr. Valdeci da Silva Santos pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal”.

Item nº 118:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 678, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os médicos do Distrito Federal pelo seu dia e pelos relevantes serviços prestados à comunidade”.

Item nº 119:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 679, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza a jovem paquistanesa Malala Yousafzay, por ter sido agraciada com o Prêmio Nobel da Paz de 2014, em reconhecimento a sua luta em defesa do direito à educação de crianças e adolescentes”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Tendo em vista as condições do Relator do Projeto de Lei nº 1.907, de 2014, Deputado Chico Leite, vou passar a palavra...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. inversão de pauta, para que votássemos primeiro o PL nº 2.036, de 2014, e, em seguida, a PELO nº 77, de 2014.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Wellington Luiz, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que faça uma checagem com os Líderes, para ver se o entendimento de V.Exa. é o mesmo deles e para que possamos definir sem criar maiores dificuldades ao Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Neste momento, solicito ao Deputado Chico Leite que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.907, de 2014.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a sua licença e também apresentando as minhas desculpas pela cautela que tenho – sei que isso não é simpático. De vez em quando alguém aqui e ali me critica, mas tenho que ter essa cautela –, veja: o PL nº 1.907, de 2014, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “institui programa de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica”, a rigor, cria um programa e não determina nem estabelece nenhuma atribuição para o Poder Executivo. Até quando faz a previsão orçamentária, deixa ao talante da alocação na LOA daquele ano respectivo. De maneira que, a forma como trabalha o programa está inteiramente consentânea com a Lei Orgânica.

Sr. Presidente, quero me manifestar pela admissibilidade do PL em debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.907, de 2014, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “Institui programa de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consultei os Líderes e a inversão de pauta foi aceita por todos eles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Wellington Luiz, esta Presidência vai intercalar um e outro projeto, para que ninguém se sinta prejudicado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Então, atendendo à solicitação do Deputado Wellington Luiz, passaremos à leitura da emenda de autoria de vários Deputados. (Pausa.)

Enquanto se prepara a ordem da pauta aqui, Deputado, vou chamar o próximo item extrapauta e, logo após, a proposta de emenda à lei orgânica, cujos relatórios serão apresentados em plenário.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2014, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova as contas do Governador do Distrito Federal relativas ao exercício de 2013”.

Em discussão. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fui uma das pessoas que sempre apontou alguns erros drásticos do Governo do Distrito Federal.

Quero aqui antecipar o meu voto, porque acho que é importante deixar claro que, todas as vezes em que tivemos as contas aprovadas por unanimidade no Tribunal de Contas do Distrito Federal, votei favoravelmente. Só que, quanto a essas contas do Governador Agnelo Queiroz, houve um voto em separado, do Conselheiro Renato Rainha, muito bem justificado.

Até em lealdade ao meu trabalho de quatro anos de apontar os erros – estamos em um arrocho orçamentário muito grande; falta alimentação até nos hospitais –, quero declarar que vou votar contrariamente à aprovação das contas do Governador Agnelo Queiroz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para dizer que, na maioria das contas que foram votadas nesta Casa, não tivemos uma votação unânime do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Sempre houve um ou outro voto em contrário. Então, contas que foram aprovadas pela imensa maioria dos conselheiros, como é o caso das contas que vamos agora apreciar, não tiram, em nenhuma medida, o mérito do que foi apreciado pelo conjunto dos conselheiros. O resultado final da votação do Conselho do Tribunal de Contas do Distrito Federal é pela aprovação das contas. E foi esse o parecer também aprovado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que estamos trazendo ao plenário.

Acho que cada um, evidentemente, vai votar conforme a sua consciência ou os seus interesses, mas eu queria fazer esse adendo. Não é verdade que todas as contas que já foram apreciadas nesta Casa tenham sido aprovadas por unanimidade, no Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando assumimos o primeiro mandato da Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Presidência, cujos membros eram o Deputado Benedito Domingos, V.Exa., o Deputado Cláudio Abrantes e a Deputada Eliana Pedrosa, tínhamos prestações de contas de pelo menos uns dez anos, desde a época do Governador Joaquim Roriz, passando pelos demais governos, até chegar ao Governador Agnelo.

Muitas questões foram debatidas, muitos pontos foram questionados, muitas falhas de procedimentos e algumas ressalvas – ressalva não quer dizer irregularidade – foram examinadas exaustivamente, inclusive com a colaboração dos assessores da nossa consultoria técnica. E, por uma questão de justiça – é lógico que o Governador Agnelo não está mais disputando a eleição –, das prestações de contas que chegaram aqui desde aquela época, há doze anos, essa foi a mais criteriosa, mais cartesiana, mais legalista que pude presenciar.

Portanto, quero dizer que eu voto favoravelmente, porque votei nas demais e não poderia deixar de votar na prestação de contas mais organizada que foi feita até agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Desculpe-me, Deputado Dr. Michel, eu cometi um equívoco, mas em respeito à colega Parlamentar que já havia chamado, concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a minha declaração de voto é favorável. Aqui estive presente em todas as contas, incluindo as do meu pai, e não quero me incluir no fato de me abster ou mesmo devolver aquele voto que foi contrário às contas do meu pai. Eu estou acima de qualquer questão político-partidária.

Acompanho o parecer do Tribunal de Contas em quem eu confio. Temos, de fato, nesse momento, de ter a lisura de que as contas foram aprovadas. Eu vou continuar também com esse meu voto de aprovação pelas contas do Governador Agnelo e do Vice Filippelli.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus pares, estranhamente eu fico aqui até de cabeça em pé quando vejo as pessoas quererem falar de contas, principalmente quando elas já são aprovadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Não é a primeira vez que vejo aqui alguém se abster ou alguém aqui querer falar contra um parecer de técnicos. Fica parecendo, me desculpem os colegas, uma perseguição política. E nós não podemos aceitar isso. Assim como eu votei a favor das contas do Arruda, porque o Tribunal de Contas naquele momento tinha dado o parecer favorável, nesse momento eu voto a favor das contas do Agnelo, porque o Tribunal também deu o parecer favorável. Por quê? Porque se assim não o for, para que serve esse Tribunal também? Para que nós façamos justiça política aqui dentro? Não! Aí eu não concordo! Se o parecer viesse desfavorável, aí eu acredito que, como Parlamentar e não como técnico, eu deveria seguir os técnicos. Por quê? A política não pode sobrepor aos técnicos.

Então eu acredito muito que seria uma incoerência de minha parte agora não votar favoravelmente às contas do Agnelo, porque, na discussão que tivemos nesta Casa, a qual eu levantei, nós teríamos que seguir o Tribunal de Contas – não sendo puxadinho de Tribunal de Contas e não sendo subordinado ao Tribunal de Contas – pela meritocracia que tem o Tribunal de Contas em fazer as contas. Aqui o julgamento é político. Eu sei disso, mas eu acredito que ele deva seguir as mesmas condições dos outros que outrora foram nessa Casa também votados e aprovados. Não é porque sou da base que hoje defendo. Eu defendo que nós respeitemos, e aí, no meu caso, não estou nem dizendo dos outros, que eu respeite a decisão do Tribunal de Contas em aprovar as contas do Governador Agnelo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Essa é a minha discussão no que tange a essa situação hoje de votar ou não votar. Eu acho que, no meu caso em concreto, para não ser incoerente, eu vou votar a favor das contas do Agnelo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou seguir a mesma linha já colocada aqui pelo Deputado Dr. Michel e pela Deputada Arlete Sampaio, no sentido de que, no tocante à aprovação das contas, o relatório que embasa a nossa decisão, que dá uma base mais consistente para a nossa decisão aqui na Câmara Legislativa, embora não seja definitiva, naturalmente é um relatório do Tribunal de Contas.

No meu entendimento, nós devemos observá-lo em sua totalidade. O Tribunal é um órgão colegiado e, por maioria ampla, foram aprovadas as contas do Governador Agnelo. Isso olhando em um plano geral.

Na minha postura particular, embora também partidária, eu, quando tive a honra de ser Vice-Presidente da CEOF, ao lado do Deputado Agaciel Maia – que, diga-se de passagem, é um excelente mestre, assim como o Presidente, Deputado Wasny de Roure, na área de economia –, tive a oportunidade de relatar as contas do ex-Governador Joaquim Roriz. Mesmo a gente tendo um posicionamento ideológico-partidário diverso, naquele momento, como Relator das contas e com o parecer colocado, nós tivemos a nossa postura observando aquele relatório.

Então eu acredito que, óbvio, nenhum Deputado é obrigado a seguir o relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Ele serve simplesmente para nos dar embasamento. Falando em coerência, no meu caso, não posso fugir disso e pugnar pela aprovação das contas, observado o relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/10/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 22/10/2014

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCI CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 282/2014

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADA CEOP Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN			X			
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT		X				
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT			X			
	PAULO RORIZ	PP	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
TOTAL			20	1	3			

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROFESSOR ISRAEL BATISTA) ASSESSORIA DE PLENÁRIO

PDL Nº 282 114

Folha nº 37



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2014, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova as contas do Governador do Distrito Federal relativas ao exercício de 2013”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.036, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 2.229, de 21 de janeiro de 1999”.

Quero informar aos colegas que o projeto aqui não se encontra. Estamos impedidos de encaminhar uma proposição que aqui não se encontra. Solicito aos colegas autores da proposição que verifiquem o motivo pelo qual o projeto não chegou à Mesa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 36, de 2009, de autoria do Deputado Benedito Domingos e outros, que “acrescenta parágrafo ao artigo 10 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse lida pelo menos a ementa para que nós possamos nos situar. Está todo mundo sem entender do que se trata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, foi feita uma consulta aos Líderes, e houve acordo. Foi essa a informação que ouvi do microfone, mas a sua solicitação é pertinente.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha solicitação era apenas que fosse lido o texto da PELO.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Pois não, faremos isso.

Peço a atenção dos Srs. Deputados e solicito aos assessores que ouçam a leitura que será feita por um dos autores da Proposta de Emenda à Lei Orgânica, que já tramitou na CCJ e na Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica. O Deputado Benedito Domingos é um dos autores e fará, portanto, a leitura da referida proposição.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 36, de 2009, que “acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei Orgânica do Distrito Federal.”:

“Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 10 da Lei Orgânica do Distrito Federal, como § 2º, a redação abaixo, renumerando-se o ali existente para § 3º;

Art. 10 (...)

‘§ 2º – Para exercer o cargo de administrador regional é necessária a comprovação de residência e domicílio na respectiva região administrativa.’

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.”

Este é o texto que foi aprovado nas comissões e que estava paralisado desde 2009. Antes que saia daqui, no final do ano, estão pedindo que seja votada, e espero que os companheiros entendam, porque eu acho que, se a cidade não serve para morar, também não serve para ser administrada, porque quem não pode morar na cidade também não pode administrá-la.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, esta Presidência pede desculpas porque não há dificuldade em acolher o pedido de votação desta PELO. Então eu irei acolhê-lo, mas não estava na Ordem do Dia, e não tinha sido solicitada à Presidência essa votação. Foi solicitada a votação da PELO nº 26. Então, a Presidência vai acolher a solicitação, mas vai colocar a PELO nº 36 como último



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

item da Ordem do Dia, por conta de a votação não ter sido acordada no Colégio de Líderes e não ter sido feita solicitação. Em face da solicitação de V.Exa., que estou entendendo, Deputado Benedito Domingos, nós apreciaremos a PELO ainda na sessão de hoje.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 26, de 2011, de autoria de Deputada Celina Leão e outros, que “altera inciso e inclui alíneas no título III do capítulo III da Lei Orgânica do Distrito Federal, adequando-a às normas de observância obrigatória da Constituição Federal de 1988”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a PELO; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/10/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

- PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): 26/2011

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S):

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADA CELINA LEÃO e OUTROS Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB			X			
	PATRÍCIO	PT			X			
	PAULO RORIZ	PP	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNÝ DE ROURE	PT	X					
T O T A L			21		3			

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROFESSOR ISRAEL BATISTA)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PELO Nº 26 12011

Folha nº 24



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

O projeto vai à apreciação em segundo turno, obedecidos dez dias de interstício.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é exatamente para pedir a V.Exa. para incluir na Ordem do Dia o item nº 105 da pauta, que trata da PELO nº 10. O Deputado Wellington Luiz já está com o parecer pronto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Leite, o Deputado Wellington Luiz tem que se pronunciar como Relator para que a Presidência saiba e encaminhe a proposição à votação.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, os projetos dos Parlamentares não vão continuar?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Eliana Pedrosa, nós já votamos os projetos dos Deputados. Nós votamos todos os projetos. Só há uma emenda, de autoria do Deputado Chico Leite, sobre a qual o Deputado Wellington Luiz pediu prazo para proferir o parecer. Estamos aguardando o Deputado concluir o seu parecer. Enquanto isso, estamos ganhando tempo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.037, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$11.785.368,00 (onze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais)”.

A proposição não foi apreciada pela CEOF. Foi apresentada uma emenda de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e sobre a emenda.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, designo a Deputada Arlete Sampaio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 2.037, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$11.785.368,00 (onze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais).

O Projeto de Lei nº 2.037, de 2014, abre crédito adicional para garantir recursos a diversas unidades orçamentárias, o qual será financiado pelo excesso de arrecadação proveniente de recursos da fonte 160, pelo superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício 2013, referente às fontes 320, 370 e 371, e pela anulação de dotações orçamentárias.

No que tange às normas legais que disciplinam os créditos adicionais, a proposição deve observar a Constituição Federal de 1988; a Lei Ordinária nº 4.320, de 1964 – federal; a Lei Orgânica do Distrito Federal; a Lei de Responsabilidade Fiscal; o Plano Plurianual; a Lei de Diretrizes Orçamentárias; a Lei Distrital nº 5.164, de 2013; e a Lei Orçamentária Anual de 2014. Tais normas foram cumpridas.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, votamos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 2.037, de 2014, bem como da Emenda de Plenário nº 1, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.037, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.036, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 2.229, de 21 de janeiro de 1999”.

A proposição não foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e pela Comissão de Constituição e Justiça. Estas deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Celina Leão, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.036, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 2.229, de 21 de janeiro de 1999”.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A Presidência corrige um equívoco que há na ementa. O correto é: “revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro, de 1999”. Agradeço à assessoria a correção.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, designo a Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Sr. Presidente, designo o Deputado Dr. Michel.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nós já votamos o parecer de uma comissão, Deputado Chico Leite. Trata-se do Projeto de Lei nº 2.036, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999”, que trata da iniciativa de criação de cargos e estrutura do Estado.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.036, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o parecer é pela admissibilidade e aprovação deste projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Presidente Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

O Deputado Chico Leite não se encontra em plenário, nem o Vice-Presidente Deputado Robério Negreiros.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa).

A Presidência designa o Deputado Aylton Gomes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa).

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.036, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999”.

No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 abstenção.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 abstenção.

Esclareço aos Senhores Deputados que ainda temos duas emendas à Lei Orgânica. Então, se um Deputado se ausentar, teremos de encerrar a sessão. Eu alerto os Senhores Deputados porque temos o compromisso de votar tanto a emenda acordada no Colégio de Líderes como a de autoria do Deputado Benedito Domingos que já tramitou nas comissões. Portanto, é uma única votação e é extremamente rápido. Mas essa agora exige um pouco de paciência dos colegas, pois as comissões ainda não deram os pareceres.

Como no projeto de emenda à Lei Orgânica, coordenado pelo Deputado Alírio Neto, há duas emendas, enquanto os Senhores Deputados analisam as emendas, nós chamaremos o item nº 4, a PELO nº 36, de 2009, de autoria do Deputado Benedito Domingos e outros.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 36, de 2009, de autoria do Deputado Benedito Domingos e outros, que “acrescenta parágrafo ao artigo 10 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 36, de 2009, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a proposta; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/10/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APECIADA EM

- PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
- COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
- CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): 36/2009
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):
- PROJETO DE LEI Nº(S):
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):
- REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):
- VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO
- AUTORIA: DEPUTADA BENEDITO DOMINGOS e OUTROS Poder Executivo
- RELATORIA: DEPUTADO

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT				X		
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB			X			
	PATRÍCIO	PT			X			
	PAULO RORIZ	PP			X			
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RÔNEY NEMER	PMDB			X			
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNÝ DE ROURE	PT	X					
T O T A L			16		7	1		

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROFESSOR ISRAEL BATISTA)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8793

www.cl.df.gov.br

Folha nº

209



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – É regimental, Sr. Secretário; infelizmente, não vou poder acolher a solicitação de V.Exa. É emenda à Lei Orgânica, portanto, são exigidos dez dias de interstício para apreciação em 2º turno.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 77, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “altera o art. 150 da Lei Orgânica do Distrito Federal dá outras providências”.

A proposição não foi apreciada pelas comissões. Foram apresentadas duas emendas de plenário. A Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda de plenário.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à emenda de plenário e à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 77, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “altera o art. 150 da Lei Orgânica do Distrito Federal dá outras providências”.

Diante das competências da Comissão de Constituição e Justiça e analisado o que está proposto na PELO nº 77, de 2014, o nosso entendimento é pela sua admissibilidade no âmbito da CCJ juntamente com as emendas apresentadas, quais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

sejam: a Emenda Aditiva nº 1, de vários Deputados; e a Emenda Modificativa nº 2, também de vários Deputados.

Esse é o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica, Deputada Arlete Sampaio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, designo o Deputado Agaciel Maia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 77, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros, que “altera o art. 150 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, estando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 77, de 2014, de acordo com nosso Regimento, de acordo com a Lei Orgânica, o parecer é pela aprovação, incluindo nela a Emenda Aditiva nº 1 e a Emenda Modificativa nº 2, de 2014. Portanto, nosso parecer é favorável à aprovação no âmbito da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 77, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a proposta; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/10/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCI CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): 77/2014

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S):

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADA ALÍRIO NETO E OUTROS Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT				X		
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB			X			
	PATRÍCIO	PT			X			
	PAULO RORIZ	PP			X			
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			17		6	1		

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROESSOR ISRAEL BATISTA)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 10 2014	15h10min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 6 ausências.

Está aprovada em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Quero indagar a respeito da presença do Deputado Chico Leite, porque o Deputado Wellington Luiz acaba de nos informar que está em condições de proferir o parecer. A presença do Deputado Chico Leite é importante para que mantenhamos o princípio de que as proposições são votadas em plenário com a presença, pelo menos, do Parlamentar. O Parlamentar não se encontra presente.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.037, de 2014, e do Projeto de Lei nº 2.036, de 2014, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão 17h16min.)